

Tipo: Artículo original - **Dossier:** Internacionalización, enseñanza de lenguas y formación de profesores

(Re)pensando a política de internacionalização do IFSP: reflexões para uma internacionalização abrangente e alinhada às demandas contemporâneas

**(Re)Pensando la Política de Internacionalización de IFSP:
Reflexiones para una Internacionalización Integral y Alineada a
las Demandas Contemporáneas**

Viviane Cristina Garcia de Stefani

*Instituto Federal de São Paulo,
São Paulo - Brasil.*

<https://orcid.org/0000-0001-9668-3106>

e-mail: vivigarcia@ifsp.edu.br

Rafaela Silva de Souza

*Instituto Federal de São Paulo,
São Paulo - Brasil.*

<https://orcid.org/0000-0002-9918-6890>

e-mail: rafaela.souza@ifsp.edu.br

Recibido: 20/2/2025

Aprobado: 26/5/2025

RESUMO

Neste artigo analisamos a possibilidade de adotar uma perspectiva abrangente de internacionalização (ACE, s.d; Hudzik, 2011) no processo de reformulação da política de internacionalização (PI) do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), tendo em vista, por um lado, as especificidades desse contexto e, por outro, sua missão de democratização do conhecimento e transformação social. Com base nos pressupostos teóricos de Hudzik (2011) e da ACE (s.d) sobre internacionalização abrangente, e na adequação dos conceitos de internacionalização para o contexto brasileiro, proposta pelo Grupo de pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES) (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024), objetivamos analisar a atual Política de internacionalização do IFSP, publicada no final de 2019 e propor uma abordagem que integre as dimensões acadêmicas, administrativas e sociais da instituição, alinhando-as às demandas contemporâneas da educação básica, profissional e superior. Para tanto, consideramos na análise proposta a definição conceitual de internacionalização explicitada na PI e os objetivos de internacionalização apresentados no documento, além de outros pontos que se fazem relevantes. Os resultados obtidos apontam que, atualmente, há na política de internacionalização do IFSP tanto movimentos que a aproximam, quanto a distanciam da perspectiva abrangente de internacionalização. Nesse sentido, concluímos este trabalho compartilhando aspectos que podem ser (re)pensados na construção e proposição de uma política de internacionalização mais inclusiva, solidária e democrática e, portanto, abrangente.

Palavras-chave: Internacionalização abrangente; Política de Internacionalização; Instituto Federal de São Paulo.

Conflictos de Interés: ninguno que declarar

Rol autoral: los autores han participados en todo el proceso de elaboración del artículo.

Fuente de financiamiento: sin fuente de financiamiento.

DOI: <https://doi.org/10.47133/NEMITYRA20250702b-A3>

BIBID: 2707-1642, 7, 2, pp. 42-56

Editores responsables: Lucas Araujo Chagas (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) y Luis Eduardo Wexell-Machado (Universidad Nacional de Asunción).

RESUMEN

En este artículo analizamos la posibilidad de adoptar una perspectiva integral de internacionalización (ACE, s.f.; Hudzik, 2011) en el proceso de reformulación de la política de internacionalización (PI) del Instituto Federal de São Paulo (IFSP), teniendo en cuenta, por un lado, las especificidades de este contexto y, por el otro, su misión de democratizar el conocimiento y la transformación social. A partir de los presupuestos teóricos de Hudzik (2011) y ACE (s.f.) sobre la internacionalización integral y la adaptación de los conceptos de internacionalización al contexto brasileño, propuestos por el Grupo de Investigación en Políticas Lingüísticas y de Internacionalización de la Educación Superior (GPLIES) (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024), pretendemos analizar la actual Política de Internacionalización del IFSP, publicada a finales de 2019, y proponer un enfoque que integre las dimensiones académica, administrativa y social de la institución, alineándolos con las demandas contemporáneas de la educación básica, profesional y superior. Para ello, en el análisis propuesto, consideramos la definición conceptual de internacionalización explicada en la PI y los objetivos de internacionalización presentados en el documento, además de otros puntos que son relevantes. Los resultados obtenidos indican que, actualmente, existen movimientos en la política de internacionalización del IFSP que tanto la acercan como la alejan de la perspectiva integral de la internacionalización. En este sentido, concluimos este trabajo compartiendo aspectos que pueden ser (re)pensados en la construcción y proposición de una política de internacionalización más inclusiva, solidaria, democrática y, por lo tanto, integral.

Palabras clave: Internacionalización Integral; Política de Internacionalización; Instituto Federal de São Paulo.

Introdução

Considerando o contexto da Rede Federal Tecnológica brasileira, por meio deste artigo, discutimos a importância de revisar e aprimorar os documentos orientadores das ações de internacionalização no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), considerando sua estrutura verticalizada baseada na oferta de ensino, pesquisa e extensão na educação básica, profissional e superior, fundamentalmente a partir da Política de Internacionalização da instituição, com o intuito de alinhá-la às demandas contemporâneas de uma internacionalização abrangente (ACE, s.d.; Hudzik, 2011). Segundo Hudzik (2011), a internacionalização deve ser integrada de maneira transversal em todas as dimensões institucionais, indo além de ações isoladas, restritas ao departamento de internacionalização, para contemplar uma visão mais ampla e inclusiva.

No processo de (re)construção dessas políticas, é importante, ainda, imprimir uma perspectiva decolonial às ações, como um eixo fundamental para superar práticas tradicionais de internacionalização que frequentemente reproduzem hierarquias e exclusões históricas. Entendemos que um processo de internacionalização decolonial deve questionar a centralidade de paradigmas eurocêntricos, valorizar saberes locais e promover um diálogo global equitativo. Isso inclui incorporar a diversidade cultural e linguística nas práticas institucionais, bem como possibilitar que comunidades historicamente marginalizadas tenham acesso efetivo às oportunidades internacionais.

A fim de analisarmos os atuais documentos que orientam as ações de internacionalização no IFSP, mais especificamente a Política de Internacionalização, publicada no final de 2019, apresentaremos algumas especificidades desta rede de ensino público no país, para melhor compreendermos as demandas de internacionalização desse contexto. A análise foi baseada nos pressupostos teóricos da internacionalização abrangente proposta por Hudzik (2011) e nos conceitos de internacionalização e de política linguística propostos pelo grupo de

pesquisa GPLIES (Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior).

Para tanto organizamos o texto em 5 seções, a saber: 1) Contextualizando o conceito de Internacionalização; 2) Breve apresentação dos Institutos Federais no contexto da Rede Federal Tecnológica e seu processo de internacionalização Institucional; 3) Análise da Política de Internacionalização do IFSP; 4) (Re)pensando a Política de Internacionalização a partir de uma perspectiva abrangente; e 5) Considerações e perspectivas.

Contextualizando o conceito de Internacionalização Internacionalização abrangente

O conceito de internacionalização abrangente foi criado por Hudzik (2011) durante a elaboração do relatório da Associação dos Educadores Internacionais (NAFSA). Para De Wit (2013) esse foi mais um “chamado de despertar” do que um conceito, já que, segundo ele, a internacionalização não é internacionalização se não for abrangente. Hudzik (2011) define a internacionalização abrangente como:

Um compromisso, confirmado pela ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas em todo o ensino, pesquisa e missões de serviço do ensino superior. Ele molda o ethos e os valores institucionais e atinge todo o empreendimento de ensino superior. É essencial que seja abraçado pela liderança institucional, governança, corpo docente, alunos e todas as unidades acadêmicas de serviço e apoio. É um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável. A internacionalização abrangente não afeta apenas toda a vida do campus, mas também os quadros de referência, parcerias e relações externas da instituição. A reconfiguração global das economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação, e o impacto das forças globais na vida local, expandem drasticamente a necessidade de internacionalização abrangente e as motivações e propósitos que a impulsionam (Hudzik, 2011, p. 6).

Baseando-se na definição de internacionalização abrangente, a *American Council on Education* (ACE) propõe que:

A internacionalização orientada para a justiça é criticamente autorreflexiva. Exige que os líderes institucionais e internacionais considerem ativamente quem faz parte do planejamento e da tomada de decisões. Reconhece a grande importância da internacionalização no país – que todos os estudantes merecem ter acesso a uma educação global que os prepare para uma força de trabalho contemporânea e diversificada. Cultiva uma internacionalização que é anticolonial, antirracista e inclusiva global e localmente (ACE, s.d, p. 2).

Assim, reconhecemos que, no processo de internacionalização abrangente (ACE, s.d; Hudzik, 2011), devemos envolver a revisão e adequação de conteúdos no currículo, o engajamento de todos os setores da instituição, o aproveitamento de recursos e potencialidades e a busca por parceiros que queiram atingir os mesmos objetivos, além de uma prática justa, anticolonial, antirracista e inclusiva, em que se parta do pressuposto que todos os atores institucionais merecem ter acesso ao mundo globalizado sem perder de vista a importância do contexto local.

O conceito de Internacionalização proposto pelo GPLIES

O GPLIES¹ é um grupo de pesquisa iniciado em novembro de 2020, durante a pandemia COVID-19, e hoje² está constituído com 30 integrantes, pesquisadores de várias instituições brasileiras de ensino superior do país. O grupo tem como objetivo de trabalho promover estudos e pesquisas no universo de políticas de internacionalização e políticas linguísticas, processos de gestão e acompanhamento do planejamento estratégico para ações de internacionalização e planejamento linguístico, assim como ferramentas de ensino-aprendizagem de idiomas que facilitem o processo de implementação das propostas de internacionalização nas instituições de educação básica e superior.

Com a ampliação das iniciativas governamentais para internacionalização e ensino de idiomas nas universidades brasileiras, como o Ciência sem Fronteira (CsF), Idiomas sem Fronteiras (IsF) e Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), as universidades investiram na constituição de políticas de internacionalização e políticas linguísticas institucionais. Entretanto, somente a constituição dessas políticas não garantem sua implementação. O GPLIES se dispõe a estudar como essas políticas foram organizadas, verificar as necessidades e estruturas já existentes nas instituições, bem como a conceber formas de planejamento e implementação dessas políticas³. Vale mencionar que as autoras deste artigo integram o grupo GPLIES.

Com base em leituras de diversos autores estudiosos e pesquisadores que se debruçam sobre o tema Internacionalização⁴ e nas discussões acerca dessas leituras nas reuniões de grupo, o GPLIES buscou adaptar alguns conceitos acerca do termo, de forma que eles se adequassem melhor ao contexto brasileiro. Na redefinição do conceito, foi proposto que:

A internacionalização na educação é um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024, p.5-6).

O conceito de internacionalização adaptado pelo grupo GPLIES, assim como o conceito de internacionalização abrangente, embasam a análise da política de internacionalização do IFSP, de acordo com a proposta inicial deste artigo.

Breve apresentação dos Institutos Federais no contexto da Rede Federal Tecnológica e seu processo de Internacionalização institucional

Antes de apresentarmos, propriamente, os resultados parciais da análise da política de internacionalização do IFSP, é importante situarmos o leitor, ainda que de forma breve, em relação às especificidades desse contexto. Os Institutos Federais fazem parte da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil que é formada hoje por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), o Colégio Dom Pedro II, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, além de 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (Ministério da Educação, 2009).

Como princípio estabelecido em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais devem oferecer educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias; bem como programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores (Brasil, 2010, p. 26).

Nesse cenário, a porcentagem de vagas deve ser distribuída de forma padrão para cada campus do IF: 50% das vagas devem ser destinadas para cursos técnicos; 20% para cursos de licenciatura e os 30% restantes para cursos de graduações tecnológicas, especializações, mestrados profissionais e doutorados, voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. Criados pela lei 11.892/2008 (Brasil, 2008) os IFs têm como missão a democratização do conhecimento e a transformação social. Pacheco (2010), em seus estudos sobre os Institutos Federais, apresenta algumas de suas principais características:

- Articulam trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana;
- Aliam ensino, pesquisa e extensão, em todos os níveis de ensino;
- Dialogam com as realidades regional e local e em sintonia com o global;
- Geram respostas às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios;
- Constituem-se como um marco nas políticas educacionais no Brasil;
- Desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa;
- Representam o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento. (Pacheco, 2010).

Considerando a missão dos IFs, bem como as características a eles atribuídas e diante da necessidade de inserir o IFSP no cenário internacional, criou-se, por meio da Portaria nº 1151, de 07 de abril de 2016, a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP, cujos objetivos são:

I - Propor e/ou articular contatos, intermediando o estabelecimento de Acordos de Cooperação e Convênios com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional, por meio de troca de experiência com instituições conveniadas.

II - Gerenciar as atividades de Cooperação Internacional, sempre incentivando o ensino, a pesquisa, a extensão e a internacionalização.

III - Criar e coordenar os Centros de Línguas do IFSP como estratégia de internacionalização, propondo e gerenciando ações que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês, entre outras) e português para estrangeiros, bem como outras ações afins à internacionalização (Brasil, 2016, [s.p.]).

Ainda que a portaria de implementação da ARINTER date de 2016, é importante mencionar que “o processo de internacionalização dos IFs inicia-se em 2009, com a criação do Fórum de Relações Internacionais (FORINTER)” (Stefani e Gregolin, 2022, p. 166), organizado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O FORINTER intencionava “construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as Instituições de outros países” (FORINTER, 2009, p. 2).

Posteriormente à criação da ARINTER e relacionadas a esse setor, foram implementadas respectivamente a política de internacionalização e a política linguística do IFSP, ambas no ano de 2019. Na próxima seção, a Política de Internacionalização será nosso objeto de estudo, considerando, por um lado, a estrutura curricular-pedagógica do IFSP e sua missão institucional e, por outro, as discussões conceituais propostas pela ACE (s.d), por Hudzik (2011) e pelo GPLIES (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024).

Análise da Política de Internacionalização do IFSP

Nesta seção, buscamos analisar na Portaria de Internacionalização do IFSP aspectos que nos parecem essenciais na proposta de internacionalização abrangente (ACE, s.d; Hudzik, 2011), bem como na proposta de adequação do conceito de internacionalização elaborada pelo GPLIES (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024). Para tanto, apresentamos a seguir a definição de internacionalização proposta pelo IFSP, bem como os objetivos que orientam sua implementação. Publicada em 2019 e sem data para revisão, a Política de Internacionalização do IFSP define internacionalização como:

Um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à

transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior (IFSP, 2019)

Considerando apenas a definição conceitual de internacionalização proposta na política de internacionalização do IFSP, podemos observar e destacar a menção:

- I. *Às diversas modalidades de mobilidade acadêmica* - o que nos permite inferir que, para além da mobilidade internacional, outras formas de mobilidade acadêmica estão previstas pela instituição – ainda que não explicitadas;
- II. *Às pesquisas colaborativas que visem inovação tecnológica, transferência de tecnologia e empreendedorismo* - o que nos possibilita perceber um lugar para pesquisa no processo de internacionalização institucional, sem que, contudo, se faça referência ao ensino e à extensão;
- III. *Ao desenvolvimento de projetos entre instituições de diferentes países com vista a dupla diplomação que impacte práticas pedagógicas no Brasil e no exterior* - o que nos permite vislumbrar uma possível consciência de um processo de internacionalização que considere o diálogo entre o local e o global.

Além da definição conceitual proposta, compreendemos também que as diretrizes de internacionalização da instituição considerem as seis dimensões criadas pela ACE que consistem em: Visão Estratégica, Currículo e Aprendizado, Estrutura Organizacional, Apoio ao Docente, Mobilidade Estudantil e Colaboração e Parceria. Essa orientação é reforçada no Plano de desenvolvimento institucional (PDI). Quanto aos objetivos da internacionalização para o IFSP e seus campi, o documento prevê:

Objetivo 1. Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;

Objetivo 2. Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFSP;

Objetivo 3. Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais;

Objetivo 4. Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;

Objetivo 5. Aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional;

Objetivo 6. Incrementar programas de mobilidade internacional;

Objetivo 7. Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;

Objetivo 8. Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação;

Objetivo 9. Promover a internacionalização do currículo;

Objetivo 10. Oferecer disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação;

Objetivo 11. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.

Objetivo 12. Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas como princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;

Objetivo 13. Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFSP de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa.

Objetivo 14. Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais do IFSP;

Objetivo 15. Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

Transcritos os objetivos, destacamos alguns aspectos que nos parecem relevantes enfatizar.

O primeiro aspecto diz respeito ao público-alvo mencionado na Política de Internacionalização (PI). No objetivo 1, faz-se menção à comunidade acadêmica, que compreendemos ser a comunidade acadêmica interna do IFSP. No objetivo 7, faz-se menção a alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros – ou seja, externos ao IFSP. No objetivo 10, faz-se menção à (alunos da) graduação e da pós-graduação, e no objetivo 14, faz-se menção a equipes que integram o sistema de relações internacionais do IFSP. Nesse sentido, notamos que, ainda que se mencione como público-alvo da internacionalização no IFSP a comunidade acadêmica de modo geral, explicita-se apenas alguns dos públicos dessa instituição, a saber: alunos de graduação e pós-graduação e integrantes do departamento de internacionalização, desconsiderando, assim, alunos da educação básica de nível médio e profissional e técnicos administrativos que também fazem parte da instituição, o que, no aspecto público-alvo, afasta o IFSP da proposta de internacionalização abrangente.

O segundo refere-se aos setores considerados na PI, e por setores estamos entendendo a tríade ensino, pesquisa e extensão inerentes à instituição. No objetivo 4, faz-se menção a projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional e no objetivo 13, faz-se menção à discussão do currículo - que compreendemos como ensino - pesquisa e extensão, além da menção a gestão administrativa. Dessa forma, percebemos que nos objetivos de internacionalização do IFSP há espaço tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão institucional, o que caracteriza um ponto importante na perspectiva de internacionalização abrangente.

O terceiro tange ao lugar da(s) língua(s) na PI. No objetivo 10, fala-se da oferta de disciplinas em inglês e no objetivo 11, de proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, além da oferta de cursos de português para estrangeiros. O que evidencia o lugar de prestígio do inglês em detrimento de outras línguas.

Por fim, o quarto aspecto relaciona-se as ações de internacionalização propostas na PI. Entendemos que as ações de internacionalização podem ser compreendidas como a intenção de que os objetivos apresentados sejam materializados na prática institucional, mas dada a natureza do documento só podemos inferir a intenção do que se pretende realizar.

Ao observarmos as informações apresentadas na PI do IFSP, notamos que existe uma pretensão de associação entre a PI e a perspectiva teórica de internacionalização abrangente, explicitada pela menção das seis dimensões de internacionalização criadas pela ACE. Contudo, ao analisar a PI mais detalhadamente, evidenciamos movimentos que tanto a aproximam como a distanciam dessa perspectiva de internacionalização. Se consideramos, por exemplo, a sensibilidade de se pensar uma PI que proponha uma internacionalização que leve em conta às diversas possibilidade de mobilidade acadêmica, a relação completamente desejável entre o local e o global, o convite à toda comunidade acadêmica para que façam parte do processo de internacionalização e a projeção de ações de internacionalização que envolvam os diferentes setores institucionais, a saber ensino pesquisa e extensão, nesse sentido, há um movimento de aproximação da proposição de internacionalização abrangente.

Se, no sentido contrário, ainda se pensa internacionalização apenas para alguns ou para alguns setores, como vinculada à pesquisa acadêmica, a docentes, alunos de graduação e pós-graduação e se esquece, por exemplo, de técnicos administrativos e – no caso específico dos IFs/IFSP – de alunos da educação básica, em nível médio e profissional, isso afasta a PI do projeto de internacionalização abrangente.

Se, ainda no sentido contrário, privilegia-se uma língua em detrimento de outras, se não há espaço para a diversidade linguística que considere as experiências e necessidades locais, se ao invés do plurilinguismo há predomínio do monolingüismo, isso também distancia a PI do projeto de internacionalização abrangente.

Nesse sentido, o que queremos enfatizar é, não basta a exploração da perspectiva de internacionalização abrangente como Visão Estratégica, Currículo e Aprendizado, Estrutura Organizacional, Apoio ao Docente, Mobilidade Estudantil e Colaboração e Parceria (ACE), se não se considera o que há de mais importante em um projeto de internacionalização abrangente, ou seja, o cultivar “uma internacionalização que é anticolonial, antirracista e inclusiva global e localmente” (ACE, s.d, p. 2).

Dante do exposto, organizamos um quadro que pode tanto resumir, como complementar a compreensão da Política de Internacionalização do IFSP, considerando ponderações que levam em conta a perspectiva de internacionalização abrangente (ACE, s.p; Hudzik, 2011) e a adequação do termo internacionalização proposta pelo GPLIES (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024).

Quadro 1: Base de referência para (re)pensar a Política de Internacionalização do IFSP desde uma perspectiva abrangente, inclusiva e decolonial

	Indicadores para compreensão da PI	Dados inerentes à PI	Observações
1	Data de publicação	Dezembro de 2019	-----
2	Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Não prevê quando o documento será revisado ou refeito.
3	Envolvimento das áreas de Ensino, Pesquisa e extensão	Sim	O documento apresenta atenção dada às esferas de ensino, pesquisa e extensão.
4	Envolvimento de líderes, gestores, estudantes e servidores na elaboração do documento	Apenas líderes e gestores (Reitoria / Arinter)	Menciona no artigo 3º item L, a constituição de uma Comissão de Relações Internacionais, mas não especifica quais esferas do IFSP estarão representadas nessa comissão.
5	Incentivo de um engajamento sustentável entre os países	Não menciona	-----
6	Previsão de aproveitamento de recursos e potencialidades	Não explicita	Menciona apenas que haverá recursos disponibilizados para as ações.
7	Articulação entre comunidade acadêmica e não acadêmica	Sim (parcialmente). Apenas a comunidade acadêmica é mencionada.	Não menciona parcerias com instituições não acadêmicas. Refere-se apenas à intenção de aproximação com agências de fomento nacionais e internacionais. (p. 3)
8	Incentivo ao compartilhamento de ideias, culturas e práticas inovadoras	Sim (parcialmente)	Menciona a intenção de promover projetos multinacionais e multi-institucionais, mas não especifica que tipo de projeto.
9	Previsão de readequação de conteúdos do currículo	Sim	Prevê a internacionalização do currículo, incluindo criação de disciplinas novas ou tradução/adaptação de disciplinas existentes.
10	Estabelecimento de parcerias	Sim	Menciona a intenção de buscar fontes de financiamento tradicionais e alternativas (p. 4); acordos de dupla diplomação (p. 5)
11	Perspectiva plurilingue do processo de internacionalização	Não	Em todo o documento, são mencionados apenas Inglês e Português para estrangeiros, dando clara ênfase e prioridade para o inglês. Fica evidente o apagamento do espanhol, Libras, línguas indígenas e outras línguas que fazem parte do contexto brasileiro.

			Reporta a intenção de oferecer cursos de diversos idiomas para a comunidade acadêmica, mas enfatiza que a prioridade é o inglês.
12	Previsão do Orçamento	Não definida	É mencionado, apenas, que haverá orçamento adequado para as ações de extensão (p. 4).
13	Previsão de ações de internacionalização em casa	Sim	Prevê inserção internacional e intercultural para docentes, discentes e técnicos-administrativos. No entanto, não especifica, nem exemplifica, quais serão essas ações.
14	Planejamento das ações de internacionalização	Sim (parcialmente). Deve ser feita por cada campus.	Estabelece, ao final do documento, que a implantação dos objetivos e diretrizes da PI deve ser feita pelos campi através de um planejamento estratégico, de acordo com seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
15	Posicionamento decolonial e crítico	Não	Não há menção a esses conceitos ao longo do documento.

Fonte: elaboração própria

A partir desses apontamentos, apresentamos um possível caminho para (re)pensarmos a política de internacionalização do IFSP a partir de uma perspectiva abrangente (ACE, s.d; Hudzik, 2011), inclusiva e decolonial e que considere as demandas contemporâneas de internacionalização, conforme propõe o GPLIES (Santos, Chagas, Albuquerque-Costa, Moraes Filho, 2024).

(RE)Pensando a Política de Internacionalização a partir de uma perspectiva abrangente

Na seção anterior notamos que a portaria de internacionalização do IFSP demonstra movimentos de aproximação e distanciamento de um projeto de internacionalização abrangente. No intuito de adequar o documento orientador das ações de internacionalização às demandas contemporâneas, levantamos alguns aspectos que nos parecem necessário não perder de vista.

- 1) *O processo de Internacionalização precisa envolver os âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.* Para ser abrangente, a internacionalização deve estar presente em diferentes setores institucionais, senão de forma igual, ao menos de forma equilibrada. Se a instituição educacional oferta ensino, pesquisa e extensão, então a internacionalização deve estar presente nesses três eixos.
- 2) *Envolvimento de líderes, gestores, estudantes e servidores no planejamento e desenvolvimento das ações.* Um dos aspectos cruciais ao se falar de internacionalização abrangente é a importância do envolvimento de todos os atores

institucionais no compromisso de internacionalizar, assim, a internacionalização não deve ficar restrita ao departamento de internacionalização, mas envolver todos os atores institucionais: discentes, docentes e técnicos administrativos. E aqui cabe lembrar que o IF/IFSP é uma instituição verticalizada que oferta educação básica, profissional e superior. Nesse sentido é preciso estar atento ao discurso de internacionalização restrita à educação pós-secundária.

- 3) *Incentivo de um engajamento sustentável entre os países.* A sustentabilidade é tema transversal no Globo e exige responsabilidade de atores que não menosprezem a urgência de se pensar em formas de vida mais sustentáveis. Assim, o engajamento institucional no âmbito da internacionalização também deve tratar o tema como prioritário seja por meio de ensino, pesquisa e/ou extensão.
- 4) *Previsão de aproveitamento de recursos e potencialidades.* Ao prever os recursos e potencialidades no âmbito da internacionalização institucional, é possível preparar-se mais adequadamente para as demandas de uma internacionalização efetiva, como a adequação de currículos, efetivação de parcerias, formação docente e adaptação de sistemas administrativos, além de planejar estratégias para superar desafios econômicos, culturais e operacionais associados à internacionalização. Além disso, é possível planejar o retorno sobre os investimentos em termos de visibilidade, captação de estudantes internacionais e fortalecimento institucional.
- 5) *Articulação entre a comunidade acadêmica e não acadêmica.* A internacionalização deve ser vista como uma ponte que promove a integração e interação da instituição de ensino com a sociedade, facilitando o trânsito e a troca de experiências que vinculam o local, o regional e o global por meio de ações como eventos, feiras, rodas de conversa, oferta de cursos, mapeamentos para compreensão contextual e de necessidades comunitárias.
- 6) *Incentivo ao compartilhamento de ideias, culturas e práticas inovadoras.* Essa é uma necessidade estratégica, uma vez que ao incentivar o compartilhamento, contribui-se para que a instituição seja uma agente de impacto local e global. Cria-se oportunidades para que estudantes, professores e pesquisadores aprendam com experiências de outras partes do mundo e desenvolvam soluções inovadoras que respondam às demandas regionais e globais.
- 7) *Previsão de readequações nos conteúdos dos currículos.* A readequação do currículo precisa estar integrada às ações de internacionalização, favorecendo que os conteúdos estejam alinhados às demandas atuais do mundo do trabalho e aos desafios globais, como sustentabilidade, inovação e equidade. Ao readequar o currículo no contexto da internacionalização incentiva-se a integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo abordagens interdisciplinares para resolver problemas complexos. A readequação permite, ainda, a introdução de temas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), direitos humanos, ética global e responsabilidade social no currículo.
- 8) *Previsão de estabelecimento de parcerias.* O fortalecimento de parcerias internacionais não só potencializa a missão de ensino, pesquisa e extensão, mas também favorece a construção de um mundo mais interconectado e colaborativo. As

parcerias ampliam ainda mais as possibilidades para a produção do conhecimento global.

- 9) *Perspectiva plurilingue do processo de internacionalização.* Ao integrar múltiplos idiomas no currículo e nas práticas institucionais, a instituição prepara seus estudantes e docentes para um mundo interconectado e multicultural, garantindo que todos tenham as ferramentas necessárias para interagir, aprender e inovar no contexto local, regional e global. A perspectiva plurilingue não se limita apenas ao aprendizado de línguas estrangeiras, mas também incentiva a valorização das línguas locais e regionais, promovendo a preservação da diversidade linguística no Brasil.
- 10) *Previsão do orçamento destinado à internacionalização.* O planejamento financeiro adequado e antecipado é vital para que as ações internacionais sejam implementadas de forma efetiva e eficiente. A previsão orçamentária também assegura que as ações de internacionalização não sejam interrompidas por falta de financiamento, permitindo que as ações tenham continuidade ao longo do tempo e se tornem parte integrante da estratégia institucional.
- 11) *Previsão de ações de internacionalização em casa.* Se por muito tempo e por muitas pessoas a única forma de internacionalizar era cruzando fronteiras, hoje comprehende-se, principalmente pelas possibilidades tecnológicas, que a internacionalização em casa, aquela que acontece dentro do território nacional, é uma forma legítima e democrática de acesso à internacionalização. Intercâmbios virtuais, telecolaboração são bons exemplos dessa possibilidade.
- 12) *Planejamento das ações de internacionalização.* Como toda atividade institucional, a internacionalização também precisa de ações planejadas e bem-organizadas que tanto considerem todos os setores institucionais quanto envolvam os diferentes atores institucionais, senão de forma igual, de forma equilibrada, buscando formas de democratizar o acesso, seja por meio de ações transfronteiriças ou em contexto nacional.
- 13) *Posicionamento decolonial e crítico.* Adotando um posicionamento decolonial e crítico, contribui-se para a promoção de relações internacionais mais equitativas, evitando que a internacionalização seja apenas um processo de "importação" de modelos ou padrões globais. Nesse sentido, contribui-se para mudanças que promovam justiça social e sustentabilidade em um mundo interconectado.

Os pontos apresentados nesta seção nos dão possibilidades para se (re)pensar a internacionalização abrangente, deixando sempre em aberto espaços para outras perspectivas e formas de tornar o processo de internacionalização cada vez mais inclusivo, solidário e democrático.

Considerações e perspectivas

Esperamos que as discussões estabelecidas neste artigo possam contribuir para (re)pensarmos a elaboração e/ou a revisão crítica de documentos orientadores das ações de internacionalização nas instituições de ensino, em específico no IFSP, de modo a fomentar uma internacionalização crítica, abrangente e decolonial, abraçando todas as esferas da instituição

(docentes, discentes e técnicos-administrativos), incluindo parcerias com diversos setores da sociedade, extrapolando as relações estritamente acadêmicas, e envolvendo a pluralidade de línguas e culturas nos mais diversos contextos nacionais e internacionais.

NOTAS:

¹ Link para o diretório do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9572177799231276>

² Março de 2025

³ Informações obtidas no diretório do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9572177799231276>

⁴ Autores como De Wit (2019), Knight (2005, 2013); Calvo; Alonso (2020); Hudzik (2011, 2015, 2018); Delgado-Márquez; Hurtado-Torres (2011); Coelen (2016), entre outros.

Referências

- American Council on Education. (s.f.). *ACE Internationalization Laboratory*. <https://www.acenet.edu/Research-Insights/Pages/Internationalization/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>
- Brasil. (2010). *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. MEC/Setec. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192
- Brasil. (2016, 7 de abril). [Portaria ARINTER, nº 1151]. https://encyclopedia.cursos-courses-online.edu.pl/blogs/244-significado/como-citar-portarias-abnt#google_vignette
- Calvo, L. C. S., & Alonso, M. P. O. (2020). The internationalization of higher education and English in Brazil: a state-of-the-art study. En L. C. S. Calvo, M. S. El Kadri, & T. P. Passoni (Eds.), *Languages policies and internationalization of higher education institutions in Brazil: Contributions from applied linguists* (pp. 14-24). Pontes Editores.
- Delgado-Márquez, B. L., & Hurtado-Torres, N. E. (2011). Internationalization of higher education: Theoretical and empirical investigation of its influence on university institution rankings. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento*, 8(2), 265-284.
- De Wit, H. (2013). Repensando o conceito de internacionalização. *Revista Ensino Superior Unicamp*, 70, 69-71.
- De Wit, H. (2019). Evolving concepts, trends, and challenges in the internationalization of higher education in the world. *Educational Studies*, 2, 8-34.
- Hudzik, J. K. (2011). *Comprehensive internationalization: From concept to action*. NAFSA: Association of International Educators.
- Instituto Federal de São Paulo. (2019). *Política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo*. MEC/IFSP. https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4557_Poltica_de_internacionalizacao_IFSP_2019_Arinter_GAB_2.pdf

-
- Knight, J. (2005). An internationalization model: Responding to new realities and challenges. *Higher Education in Latin America: The International Dimension*, 1-38.
- Knight, J. (2018). *Knowledge diplomacy in action*. British Council.
- Ministério da Educação. (2009). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. <http://portal.mec.gov.br/pet/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>
- Pacheco, E. (2010). *Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica*. MEC/SETEC.
- Santos, E. M., Chagas, L. A., Albuquerque-Costa, H. B., & Moraes Filho, W. B. (2024). Da convivência à elaboração teórica: propostas conceituais de língua(s), política(s) linguística(s) e política(s) de internacionalização na visão do grupo de pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES). *Revista Leitura*, 83, 107-127.
- Stefani, V. C., & Gregolin, I. (2022). Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). *Revista Linguagem em Foco*, 14(1), 158-178. <https://revistas.uece.br/index.php/linguaginemfoco/article/view/8365>